

ALTAIR ALBERTO FÁVERO | JAYME PAVIANI
RAIMUNDO RAJOBAC
ORGANIZADORES

Vínculos filosóficos



Altair Alberto Fávero
Jayme Paviani
Raimundo Rajobac

Organizadores

Vínculos filosóficos



© dos organizadores

Revisão: Izabete Polidoro Lima

Editoração: Traço Diferencial

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade de Caxias do Sul
UCS – BICE – Processamento Técnico

V778 Vínculos filosóficos : homenagem a Luiz Carlos Bombassaro / org. Altair Alberto Fávero, Jayme Paviani, Raimundo Rajobac. – Caxias do Sul, RS : Educs, 2020.
699 p.: il.; 23cm.

Apresenta bibliografia.
ISBN 978-65-5807-000-9

1. Filosofia. 2. Bombassaro, Luiz Carlos – Filosofia. 3. Bruno, Giordano, 1548-1600 – Filosofia. 4. Teoria do conhecimento. 1. Fávero, Altair Alberto. II. Paviani, Jayme. III. Rajobac, Raimundo.

CDU 2. ed.: 1

Índice para o catálogo sistemático:

1. Filosofia	1
2. Bombassaro, Luiz Carlos – Filosofia	1BOMBASSARO
3. Bruno, Giordano, 1548-1600 – Filosofia	1BRUNO
4. Teoria do conhecimento	165

Catalogação na fonte elaborada pela bibliotecária
Paula Fernanda Fedatto Leal – CRB 10/2291

Direitos reservados à:



– Editora da Universidade de Caxias do Sul

Rua Francisco Getúlio Vargas, 1130 – CEP 95070-560 – Caxias do Sul – RS – Brasil
Ou: Caixa Postal 1352 – CEP 95020-972 – Caxias do Sul – RS – Brasil
Telefone / Telefax: (54) 3218 2100 – Ramais: 2197 e 2281 – DDR: (54) 3218 2197
Home page: www.ucs.br – E-mail: educs@ucs.br



EDITORA AFILIADA

UNIVERSIDADE ENTRE TRADIÇÃO E MUDANÇA: “TENSÃO ESSENCIAL”

Célia Elizabete Caregnato

Este breve texto busca honrar o querido amigo Luiz Carlos Bombassaro. Homenageado neste livro, Bombassaro atua de forma a pensar e problematizar a universidade pública na qual faz sua carreira profissional. Dedicou-se intensamente a discutir problemas nos mais variados tipos de instâncias colegiadas, em unidades acadêmicas e no cotidiano do ensino e da convivência com seus colegas. Seu posicionamento sobre o caráter da universidade se sustenta na compreensão dessa instituição como um locus de produção de conhecimento e de reflexão crítica, objetivando a formação de pessoas capazes de contribuir ativamente para a produção de uma sociedade melhor.

Bombassaro lembra universidade, pesquisa, ensino, tomados a partir de um compromisso ético com a educação. Lembra trabalho denso e, também, amizade. Entendo que escrever sobre o que nos desafia atualmente na universidade é a melhor homenagem a esse colega e amigo, professor e pensador.

A universidade pública brasileira está frente a tensões próprias intrínsecas a uma instituição científica e educacional posta, ao mesmo tempo, a partir da tradição e na perspectiva de transformar a sociedade. Nas palavras de Bombassaro, por ocasião do trabalho realizado em conjunto no curso de Especialização em Educação para a Diversidade, destinado a professores nas redes públicas de educação básica a

educação é um processo transgeracional de transmissão, conservação e transformação de conceitos e valores que caracterizam toda produção simbólica material e imaterial dos seres humanos. É na dinâmica própria desse processo que nasce a tensão entre o mundo que ao nascermos nos recebe e que vamos gradativa e paulatinamente recebendo e o mundo que vamos construindo e transformando. Toda nossa educação é, portanto, um conviver com um estado de tensão essencial, que é a condição básica para toda a mudança (BOMBASSARO, 2013, p. 7).

Um dos pontos de tensão está em qualificar a capacidade da universidade de ser um lugar de formação e socialização transgeracional, orientado para mudanças efetivas no sentido da justiça social, da ética e dos direitos humanos. Ao levar em consideração as aulas, análises, reflexões e os escritos do amigo Bombassaro, temos presente que o sentido público dessa universidade ganha força diante de lógicas competitivas externas ou de desempenhos performáticos de seus agentes.

É nesse contexto que levanto considerações sobre as atuais transformações da educação superior, pensando os desafios que a universidade brasileira encontra. Um intelectual que se situa na sucessão das tradições humanista-renascentistas e iluminista-modernas, que mantém uma perspectiva de universalidade e, ao mesmo tempo, debate e defende a diversidade, Bombassaro (2013, p. 5) afirma:

a educação realiza-se tendo em vista o desafio de valorizar as múltiplas formas de vida, os múltiplos modos de agir e de pensar. Essa situação, relativamente nova, traz consigo a marca do processo histórico que a constitui e se realiza no encontro, no contato e no reconhecimento da diferença e da alteridade.

Os sistemas de educação superior, com seus modelos institucionais, foram cunhados na relação com a formação das nações. As universidades possuem valor material e simbólico, uma vez que são instituições que guardam, sistematizam e dinamizam a cultura da sociedade. Essas mesmas instituições fornecem títulos que se mantiveram acessíveis a poucos. De fato, a história da universidade é a de uma instituição de modo geral elitizada.

A história da universidade, seja em seu período medieval, seja na modernidade, por caminhos distintos, registra seu inestimável valor como lugar de construção de conhecimentos. Charle e Verger (1996) mostram que, na passagem para os tempos modernos, como parte do processo de laicização, foi ocorrendo a passagem da chancela papal para certa chancela estatal. Apesar de valorizada e com objeto próprio e delineado de atuação – construção de conhecimentos e formação de pessoas –, registra continuamente relações contraditórias com lógicas que lhe são externas e com outras instâncias de poder.

Na Europa e nos Estados Unidos, durante o século XIX, formaram-se sistemas escolares voltados à educação básica obrigatória. Formação superior e universidade eram praticamente equivalentes, com estrutura e funcionamento distintos da lógica dos empreendimentos econômicos.

A universidade ocupou uma centralidade no contexto das instituições culturais da modernidade. Em função de suas atividades de ensino, de seus produtos culturais e científicos, a universidade, nos períodos iniciais da modernidade, estruturou-se como uma instituição *sui generis*, mantendo uma posição relativamente isolada diante da vida econômica e política, voltada fundamentalmente para seus afazeres

específicos, buscando assumir uma posição de independência institucional diante das demandas externas (MARTINS, 2012, p. 108-109).

Essa independência da universidade, frente a demandas da vida econômica, social e política, passa a sofrer contextação crescente por parte de outros setores da sociedade. Em especial a partir dos anos 1960 houve pressões sociais, econômicas e políticas, de atores sociais vinculados, de setores públicos e privados, bem como de movimentos sociais (MARTINS, 2012). De um lado, havia demandas para maior democratização, ampliação da base social de participação na instituição. De outro lado, apelava-se por maior entrelaçamento entre a pesquisa e o conhecimento acadêmico e a produção de bens e serviços no mercado.

No caso norte-americano, a universidade diversifica suas atividades e defronta-se com mudanças sociais significativas que repercutem em seu interior. Kerr (2005), já em 1963, mostrou o modo como a instituição foi se tornando uma multiversidade, tendo funções para além daquelas clássicas de lidar com a produção do conhecimento científico e com a formação.

Na América Latina, antes ainda, em 1918, afirmam-se princípios de cogoverno e a atividade de extensão na relação com a sociedade e com a institucionalidade política tendente à democracia (DIDRIKSSON *et al.*, 2018; LEITE, 2008). A atuação estudantil e a perspectiva crítico-social, que fizeram parte do cenário à época, passaram a ser uma das marcas no modo de fazer universidade nessa região.

No entanto, as transformações históricas se processam continuamente e de formas variadas. Já não abordamos apenas em universidade quando nos referimos à formação pós-secundária. Tratamos da educação superior, fenômeno que transborda as fronteiras institucionais do modelo universitário e se amplia para uma diversidade de formatos e missões institucionais. Assim, falamos em instituições de educação superior, dentre as quais a universidade segue sendo a referência.

A formação superior no Brasil teve origem em faculdades, que formavam profissionais liberais da medicina, do direito e da engenharia. Esse fato ajuda a explicar a dificuldade que, por vezes, esteve presente no sentido de ver a universidade como uma instituição integrada. Vemos, uma soma de faculdades.

Na relação com as especificidades históricas, lidamos com tendências produzidas em outros países, que nos influenciam culturalmente. É o caso da ênfase em cursos de formação profissional, inspirado no modelo francês e, de outra parte, instituições de pesquisa, inspiradas no modelo humboldtiano-alemão. Portanto, o nosso sistema de educação superior se produz a partir da tensão entre esses dois modelos de instituições.

Os modelos de instituições transitaram de uma maior atenção aos interesses do Estado – formando burocracias – para maior atenção aos interesses do mercado. A intensificação da racionalidade tecnológica e o aumento da

internacionalização da economia permitiram que se passasse a lidar com a noção de economia do conhecimento (DRUCKER, 1993), que traduz a compreensão de tecnologia e conhecimento como chaves para a produção, como terra e trabalho foram no passado. Mais do que formar pessoas, a educação passa a ser vista como um bem que produz efeitos de mercado.

No século XXI, a presença e a competitividade internacionais são marcantes na valoração das instituições universitárias. Marcadamente, o processo de Bolonha, gestado com ferramenta de integração da União Europeia constitui-se em esforço regional que “atualiza” a missão nacional da universidade. Ela passa a ser vista como um fator de impulso da competitividade internacional europeia em uma economia do conhecimento.

O conjunto das instituições que formam os sistemas nacionais precisam atender à concorrência global. Internamente, adotam muitas vezes um modelo de gestão com crescente identidade com a lógica empresarial. Externamente, as instituições atuam com vistas à performance por produtos em *rankings* de domínios nacionais e internacionais. As duas faces da mudança, na concepção e na operação das atividades acadêmicas, fazem parte do atual cenário da vida universitária em diferentes nações e regiões. A expectativa de se tornar “universidade de classe mundial” exige participar de intensas disputas na produção de conhecimento de competitividade internacional.

Marginson (2009) buscou aspectos que determinam posições das instituições de Ensino Superior internacionalmente. Dois modelos básicos de instituições ganharam destaque: um voltado para a pesquisa, com universidades que oferecem formação de quadros para posições de lideranças em várias áreas de atuação; e outro voltado para o ensino com gestão de matrículas como grandes organizações que seguem a lógica de ensinar de modo massificado. De acordo com a diversificação institucional no interior de cada sistema nacional, as instituições universitárias apresentam graus variáveis de legitimidade, em diferentes esferas de valoração: formação, visibilidade, prestígio, captação de recursos por mensalidades ou por convênios de pesquisa.

Ball (2012) questiona a crescente submissão do meio acadêmico às lógicas exógenas, destacando a crescente e íntima relação entre o trabalho na academia e a produção de respostas pragmáticas e utilitárias. Ball (2010; 2012) propõe que se pense em termos da performatividade que regula atores no campo da educação. Em sua visão, ela constitui o trabalho dos indivíduos nas organizações e revela relações de poder intensas e incorporadas ao cotidiano da educação.

Qualidade, eficiência e prestação de contas são termos-chave do discurso performático e do poder que cria verdades ao incorporar novas rotinas à identidade do frazer acadêmico, alterando a modelagem da universidade (BALL, 2010; 2012). Essa compreensão reconhece a constituição de subjetividades que incorporam autocontrole/autorregulação capaz de produzir resultados

continuamente avaliados. Trata-se da adequação às avaliações e à prestação de contas, dominando a atividade profissional de docentes no ensino e na pesquisa. Essas rotinas ganham espaço e tempo significativos entre as atividades dos docentes nas universidades e nas instituições de Ensino Superior, de um modo geral.

A universidade pública brasileira está instigada a exercer adequadamente sua tarefa de continuar sendo referência como instituição de pesquisa e, paralelamente, ser capaz de oferecer formação de quadros científicos e profissionais em um contexto restritivo. Cabe refletir sobre desafios com os quais a universidade pública brasileira se defronta ao responder a demandas exógenas e a necessidades intrínsecas. Desde fora, há lógicas de gestão e de funcionamento utilitaristas e incompatíveis com a formação e pesquisa que não gera lucro a curto prazo. Nesse sentido, há o desafio de lidar com a lógica sistêmica internacional de concorrência.

Outro desafio é a incorporação dos novos públicos estudantis, atendendo às suas necessidades pedagógicas, materiais e culturais, não necessariamente previstas pelo funcionamento tradicional da universidade. Há importantes demandas políticas para a formação de camadas sociais cujas famílias não tiveram oportunidade de formação em educação superior ao longo de gerações. Nesse caso, propiciar trajetórias na universidade significa também qualificar esses grupos sociais como sujeitos históricos, uma vez que os torna operadores de um conjunto simbólico central na atual fase de acumulação do capitalismo, organizada – ao menos de forma proclamada – em torno do conhecimento.

O sistema de educação superior no Brasil experimenta um processo de expansão de formação de pessoas, dado pela ampliação do acesso e pela reserva de vagas (Lei 12.711 de 2012). A interiorização e diversificação de instituições é outro fato marcante e isso pode ser visto por meio dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Lei 11.889 de 2008), mas também pela expansão de *campi* universitários por importantes instituições que fizeram sua história com sedes e unidades em um único município.

Tudo isso remete a diversos questionamentos:

- Qual formação superior as instituições universitárias públicas oferecem aos seus estudantes?
- Como a necessidade de desempenho performático incide sobre práticas dos atores?
- Que decorrências essa lógica produz na formação acadêmica dos estudantes?
- Como as práticas institucionais se modificam para lidar com as novas necessidades e novos sistemas simbólicos?

A formação de pessoas, seja para a pesquisa acadêmica, seja para atuar como profissionais liberais, como empreendedores no setor privado ou em carreiras de

Estado, requer processos duradouros de convivência com projetos, com pensamento abstrato e concreto e com práticas capazes de interagir com percursos de vida traçados até então pelos indivíduos. Tradicionalmente, não habilitada a lidar com públicos estudiantis que formam as primeiras gerações de suas famílias a obterem assento nesse nível de ensino, as instituições federais de educação superior experimentam um movimento de variadas forças sociais e educacionais. Elas se tornam espaços onde o ser disputa reconhecimento e poder de decisão. Essas instituições precisam aprender a lidar com novos interlocutores e novas questões que aparecem, desde a sala de aula até as instâncias de tomadas de decisão institucional.

A política de reserva de vagas das instituições federais de educação superior para novos públicos da educação superior atribui desafios novos a instituições prestigiosas no sistema. Mesmo que sejam instituições com reconhecimento internacional na região geográfica (TRINDADE, 2004), elas precisam lidar com novas tarefas. Entre essas tarefas está a necessidade de maior contextualização das suas práticas. Tais práticas podem ser relativas a sua capacidade de lidar com grupos socioculturais diversos, ou relativas à dinamicidade da formação para atuação profissional.

Diferentemente da massificação por meio de títulos desvalorizados, como ocorre em um conjunto de vagas de ensino já criadas no Brasil e em outras realidades nacionais, a universidade pública está sendo instigada a garantir qualidade em seu trabalho acadêmico, para que os estudantes possam dar saltos em sua formação, compensando trajetórias escolares anteriores. Um dos desafios está em ganhar desenvoltura interna para lidar com os arranjos socioculturais e econômico-produtivos locais, crescendo em seu impacto e na relevância regional e nacional.

Se, na atualidade, os sistemas de Ensino Superior convivem com a formação de elites dirigentes e de massas de trabalhadores qualificados, de modo segmentado, no caso da universidade pública brasileira, há uma novidade com altíssima relevância dos pontos de vista acadêmico e social: as pessoas socialmente diferenciadas e também direcionadas a um e outro segmento passam a conviver no interior da mesma instituição.

Nesse sentido, o momento histórico exige romper com essa dicotomia entre instituição prestigiada e instituição que atende ao grande público. Para continuar cumprindo o papel de relevância histórica na definição de projetos nacionais, a universidade pública brasileira e o sistema de educação precisam ser competitivos e ter alto desempenho na produção de conhecimentos e, ao mesmo tempo, formar pessoas para uma sociedade menos elitizada. A universidade necessita contribuir para a sociedade ter relações sociais e educacionais de dignidade, dada por iguais condições de acessar o conhecimento e de criticá-lo para fazê-lo avançar.

Os desafios com os quais a universidade se defronta marcam também possibilidades de colocar seus modos de atuação como objeto de investigação e crítica. Afinal, o fazer acadêmico está identificado com a problematização da realidade.

Quando pensamos as relações entre indivíduo e sociedade no campo da educação, costumamos dar por suposto um determinado modelo conceitual de educação que orienta nossa investigação, nosso discurso e nossa prática formativa. No entanto, embora tenhamos sempre presente a força persuasiva do modelo conceitual de educação que adotamos, nem sempre transformamos o próprio modelo em objeto de investigação e de discussão. Uma indagação sobre esse problema parece ser importante e, quiçá, até mesmo imprescindível para lançar luz sobre o alcance e o limite dos modelos conceituais em voga na educação atual (BOMBASSARO, 2013, p. 6-7).

A tensão essencial da educação intergeracional está posta para a universidade e para as instituições de educação superior públicas. Essas instituições estão entre tradições relativas a um tempo histórico, em que apenas segmentos sociais muito restritos lhes tinham acesso ou a mudança para um tempo em que sejam capazes de oportunizar práticas que afirmem reconhecimento recíproco.

REFERÊNCIAS

- BALL, S. Performatividades e fabricações na economia educacional: rumo a uma sociedade performativa. *Educação e Realidade*, v. 35, n. 2, p. 37-55, maio/ago. 2010.
- BALL, S. Performativity, commodification and commitment: an I-spy guide to the neoliberal university. *British Journal of Educational Studies*, v. 60, n. 1, p. 17-28, 2012.
- BOMBASSARO, L. C. Educação, ética e direitos humanos. In: CAREGNATO, C. E.; BOMBASSARO, L. C. (Org.). *Diversidade cultural: viver diferenças e enfrentar desigualdades na Educação*. Erechim: Gráfica e Editora Ideal, 2013.
- CHARLE, Christophe; VERGER, Jacques. *História das universidades*. São Paulo: Ed. da Universidade Estadual Paulista, 1996.
- DIDRIKSSON, Axel et al. Balances y desafíos hacia la CRES 2018 – Cuaderno 2 Instituto de Estudios y Capacitación Federación Nacional de Docentes Universitarios (IEC-Conadu), Consejo Latinoamericano de CS Sociales, (Clasco), Universidad Nacional de las Artes (UNA) y Plataforma Regional de Integración Universitaria (PriU), 2018.
- DRUCKER, Peter F. *Sociedade pós-capitalista*. São Paulo: Pioneira, 1993.

- KERR, Clark. *Os usos da universidade*. 15. ed. Brasília: Ed. da UnB, 2005.
- LEITE, D. B. C. Manifesto dos estudantes de Córdoba. Aos estudantes... no século XXI. In: SADER, E.; GENTILI, P.; ABOITES, H. (org.). *La reforma universitaria: desafios y perspectivas 90 años después*. Buenos Aires: Clacso, 2008, v. 00, p. 186-192.
- MARGINSON, S. University rankings, government and social order: managing the field of higher education according to the logic of the performative present-as-future. In: SIMONS, M.; OLSEN, M.; PETERS, M. (ed.). *Re-reading education policies: a handbook studying the policy agenda of the 21st century*. Rotterdam: Sense Publishers, 2009.
- MARTINS, Carlos B. Sociologia e ensino superior: encontro ou desencontro? *Sociologias*, Porto Alegre, ano 14, n. 29, p. 100-127, jan./abr. 2012.
- TRINDADE, Hégio. A república em tempos de reforma universitária: o desafio do governo Lula. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 25, n. 88, p. 823-824, Especial/out. 2004.